

Inclusão e acessibilidade no ensino superior: experiências tecidas por estudantes com deficiência na Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Arraias

Raquel Nascimento de Souza [1]
Leila do Socorro Rodrigues Feio[2]
Idemar Vizolli[3]

Eixo Temático.

1. **Complexidade e Transdisciplinaridade;**

Resumo: Este artigo apresenta experiências de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias, no contexto da inclusão e da acessibilidade no ensino superior. Trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida em dissertação de mestrado, cujo foco volta-se às condições efetivas de permanência desses estudantes, considerando os entrelaçamentos entre suas vivências cotidianas e os contextos institucionais que os cercam. Fundamentado na epistemologia da complexidade de Edgar Morin, o estudo compreende a permanência no ensino superior a partir de uma perspectiva dialógica, na qual experiências cotidianas, políticas institucionais, acessibilidade, barreiras e pertencimento são analisados em suas relações, tensões e interdependências. Dialoga-se também com as dimensões da acessibilidade propostas por Sassaki, a fim de compreender os modos como diferentes barreiras perpassam a vida acadêmica dos estudantes. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou análise documental e diálogos orientados por roteiro com cinco estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação da UFT, Câmpus de Arraias. Os dados foram interpretados por meio da Análise Narrativa, considerando os relatos dos estudantes como produções situadas, marcadas por sentidos, percursos e experiências vividas no cotidiano universitário. Os resultados evidenciam que a permanência é atravessada por desafios arquitetônicos, pedagógicos, comunicacionais, atitudinais e institucionais. Conclui-se que a inclusão no ensino superior exige ações articuladas, contínuas e sensíveis às singularidades dos sujeitos, compreendendo a permanência como participação, pertencimento e reconhecimento no espaço universitário.
Palavras-chave: Ensino Superior, Estudante com Deficiência, Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

As garantias legais e políticas educacionais para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro são marcos das lutas por direitos e equidade, decorrentes de uma trajetória histórica, que ainda se desenvolve de forma lenta e gradativa no reconhecimento e valorização dessas pessoas. Mesmo com os avanços

[1]Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECEM/UFMT) na Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática/REAMEC. Tradutora e Intérprete de Libras na Universidade Federal do Tocantins/câmpus Arraias. E-mail: raquelnascimento@uft.edu.br;
[2]Doutorado em Psicologia pela Universidade de Oviedo/Espanha. Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: leila_feio@unifap.br.
[3]Professor Orientador: Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós-doutoramento em Educação pela Universidade Estadual do Pará. Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: idemar@uft.edu.br



legais e institucionais, a efetivação dessas políticas enfrenta diversos desafios, sobretudo no que tange ao ingresso e permanência em cursos de graduação. Neste cenário, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Arraias se insere como espaço de análise das tensões entre inclusão normativa e realidades institucionais na busca de uma universidade acessível e mostra as necessidades de uma escuta ativa, adaptação estrutural e transformações pedagógicas.

A Educação Especial, modalidade de ensino que visa atender necessidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação[4], foi consolidada no Brasil com legislações e normativas como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 e 1996, Declaração de Salamanca (1994), o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. A defesa pelas políticas educacionais de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais[5], assegurada pela Constituição de 1988, difundiu-se propondo maior respeito e socialização efetiva.

Alves e Filho (2019, p.140) nos fazem refletir que "é necessário evoluir em conceitos, conquistas legais, sociais e também atitudes. Para assim, as pessoas com deficiência ocuparem seu lugar ao sol". Nesse sentido, mesmo com legislações e planos institucionais de acessibilidade, estudantes com deficiência continuam enfrentando barreiras para sua permanência no ensino superior. A escuta desses sujeitos revela uma realidade muitas vezes invisibilizada pelos indicadores formais de inclusão. Assim, faz-se necessário um olhar integrador, transdisciplinar e sensível às dimensões humanas envolvidas nesse processo.

Este artigo tem como objetivo apresentar as experiências de estudantes com deficiência matriculados na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias, considerando condições de permanência tecidas em suas narrativas sobre o cotidiano universitário e compreender os entrelaçamentos entre vivências, contextos institucionais, políticas de inclusão e barreiras de acessibilidade. Ao privilegiar as

[4] Descrição do público da educação especial na maioria dos documentos e legislações nacionais, e utilizada na dissertação, contudo, registra-se que o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, utiliza "estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação".
[5] Terminologia utilizada na Declaração de Salamanca.



narrativas dos estudantes, pretende-se evidenciar que a permanência no ensino superior constitui-se como fenômeno multidimensional, que envolve não apenas a continuidade da matrícula, mas também participação, pertencimento, reconhecimento e condições concretas para a democratização da universidade.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritivo-exploratória de abordagem qualitativa, com ênfase na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências acadêmicas. Para Creswell (2014, p. 49) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo, "isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam coisas dentro dos seus contextos naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem. Optou-se por essa metodologia por entender que as percepções dos estudantes com deficiência revelam aspectos profundos e interconectados da inclusão universitária. A pesquisa foi guiada por uma lógica compreensiva, alinhada à proposta de Morin (2005) de leitura da realidade a partir da complexidade.

Os dados foram obtidos por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com estudantes com deficiência do câmpus de Arraias. Participaram da pesquisa cinco estudantes com diferentes tipos de deficiência física e deficiência visual, pertencentes a diferentes cursos de graduação presencial da UFT/Arraias. O recorte temporal contemplou o período de 2018 a 2021, marcado pela consolidação da Lei nº 13.409/2016 que dispõe sobre reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e a proposta foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisas em Seres Humanos da UFT, por meio da Plataforma Brasil.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas por meio da Análise Narrativa. Segundo Creswell (2014, p. 68), com base em Czarniawska (2004), essa estratégia configura-se como um projeto qualitativo no qual "a narrativa é entendida



como um texto falado ou escrito, dando conta de um evento/ação ou séries de eventos/ações cronologicamente conectados". Nessa direção, Rocha (2024) destaca que a Análise de Narrativas, por seu caráter dialógico e não estruturado, possibilita compreender a historicidade da experiência humana, articulando dimensões individuais e coletivas.

O sigilo dos participantes foi cuidadosamente preservado, sendo suas identidades substituídas por códigos que homenageiam pesquisadores da área da educação especial e pessoas com deficiência que marcaram a história da luta por inclusão. Esses códigos foram organizados no Quadro 1, que apresenta, de forma além do código, o gênero, o tipo de deficiência e o ano de ingresso no ensino superior na UFT, conforme apresentado a seguir:

Quadro 1 - Perfil dos estudantes entrevistados

Estudante	Gênero	Deficiência[6]	Ano de ingresso
Romeu	Masculino	Amputação	2021
Gilberta	Feminino	Deficiência Física	2020
Dorina	Feminino	Cegueira	2018
Leila	Feminino	Paraplegia	2018
Marli	Feminino	Deficiência Física	2018

Fonte: Souza (2023).

A apresentação do perfil dos participantes permite contextualizar as vozes que compõem o corpo da pesquisa, situando suas experiências pessoais e estruturas institucionais. Esses sujeitos, ao narrar suas vivências, não apenas revelam obstáculos enfrentados, mas também contribuem para a produção de sentidos sobre a inclusão no ensino superior.

Planejamento institucional para a permanência

Ao tratarmos sobre permanência de estudantes com deficiência no ensino superior torna-se necessário tecer relações entre os documentos institucionais, as políticas de acessibilidade e as condições concretas previstas para a vida acadêmica.

[6] Tipo de deficiência de acordo com a especificação descrita na matrícula



Nesse movimento, este tópico analisa os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins referentes aos períodos de 2016-2020 (UFT, 2016) e 2021-2025 (UFT, 2021), buscando compreender como a instituição projeta ações voltadas à inclusão e à permanência desse público.

No PDI 2016-2020, foram delineadas ações voltadas ao acompanhamento pedagógico e apoio psicopedagógico à comunidade acadêmica, além de iniciativas de acessibilidade arquitetônica. Apesar disso, as ações destinadas diretamente a estudantes com deficiência foram ainda incipientes e centralizadas na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest), evidenciando a falta de transversalidade institucional. A ação mais concreta nesse plano foi a criação do Setor de Acessibilidade Informacional (SAI), regulamentado pela Resolução Consuni n.º 07, de 15 de abril de 2015 (UFT,2015b).

De uma forma geral, neste Plano foi proposto mitigar a retenção e evasão de discentes por meio de acompanhamento pedagógico, e expandir o centro de apoio psicopedagógico em todos os Câmpus, entretanto, sem destinação específica a estudantes com deficiência. No que diz respeito às condições de acessibilidade arquitetônica e estrutural, a Prefeitura Universitária detém muitas ações de implementação e adequações. É apresentada uma proposta de apoio à implantação de Política de acessibilidade nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, uma ação necessária e importante no que diz respeito à flexibilização curricular, adequações e adaptações avaliativas. Salienta-se que o PDI é um planejamento e, no âmbito de cada ação, podem ocorrer diversas atividades.

No ciclo 2021-2025, observa-se um avanço no planejamento institucional: foram incluídas ações mais numerosas e explicitamente direcionadas à permanência de estudantes com deficiência. No documento, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente (NIADI)[7] é citado como um núcleo ativo vinculado à Pró-reitoria de extensão, bem como foram citadas a Diretoria de Acessibilidade e Educação Inclusiva e a Coordenação de Acessibilidade e Educação Inclusiva, entretanto nenhum dos três

[7] Núcleo de Acessibilidade instituído no câmpus de Palmas por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) n°. 04/2009. A Resolução foi revogada em 2015, com a criação do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI).



aparece na estrutura organizacional da UFT[8]. O desafio 2 do PDI, inclusão social, propõe indicadores para garantir acessibilidade física, comunicacional e digital, evidenciando uma intenção de fortalecer o atendimento a esse público futuro.

De forma geral, nos documentos analisados identificam-se previsões importantes, como a contratação de profissionais especializados, a adaptação dos espaços físicos e o investimento em formação docente. Tais ações evidenciam que a permanência não se sustenta apenas pelo acesso à universidade, mas exige planejamento institucional articulado, contínuo e sensível às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, conforme aponta Manzini (2008), é essencial assegurar que esses estudantes permaneçam e concluam seus cursos com êxito, o que requer condições institucionais capazes de responder às suas singularidades e aos desafios vivenciados no percurso formativo.

As condições de permanência tecidas nas experiências estudantis

Este tópico apresenta e analisa as experiências narradas pelos estudantes com deficiência acerca de suas condições de permanência na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. A análise será desenvolvida em diálogo com as sete dimensões da acessibilidade propostas por Sassaki (2019): arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, natural e programática, compreendidas como eixos que permitem interpretar as barreiras, os desafios e as possibilidades vivenciadas no cotidiano universitário.

Entre essas dimensões, a acessibilidade arquitetônica emerge como uma das primeiras condições para a participação dos estudantes no espaço universitário, pois diz respeito à possibilidade de circulação, autonomia e uso dos ambientes acadêmicos. Compreendida como a eliminação de barreiras físicas que comprometem a autonomia dos sujeitos nos espaços, essa dimensão foi identificada como uma fragilidade nos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável por conduzir um processo anual de ausculta da comunidade acadêmica sobre os serviços oferecidos na e pela UFT.

[8] Resolução nº 29, de 31 de outubro de 2018 CONSUNI/UFT



> Assim como nos últimos Relatórios de Avaliação Institucional, a CPA insiste na persistência das fragilidades, inconsistências e problemas de execução de medidas voltadas à questão da acessibilidade (UFT, 2020, p.132)
> Assim como no Eixo anterior, houve significativa redução no ritmo de expansão da infraestrutura física da UFT. Nestes termos, o triênio 2018-2020 foi marcado, de um lado, pela paralisação de inúmeras obras nos 7 Campi, bem como pelo atraso na conclusão de novas edificações e adequações. Nesse período, as principais reivindicações da comunidade consistiram na ausência de espaços de convivência, na segurança e na acessibilidade (UFT, 2021b, p.38).

Destaca-se que esses dados correspondem à UFT como um todo. Sobre as barreiras de acessibilidade arquitetônica, os estudantes do câmpus de Arraias apresentaram suas percepções.

> Aí eu lembro que eles falando da questão da universidade, das estruturas, aí eu falei bem assim "mas quando eles planejaram isso aqui, eles chamaram alguém que não enxerga para testar, pra ver se realmente tá de acordo?" Aí [Nome ocultado] falou assim "não, eles não fazem isso". Falei "pois é, mas deviam" [...] "não seria mais viável colocar um corrimão, dando acesso aos prédios?" Ele falou "ah mas ia interditar a passagem". Falei assim "não gente, usava só de um lado, não precisava usar os dois. Ia interditar o quê? E fazia as rampas. Coisa simples, isso que serve pra uma pessoa que tem deficiência visual. Agora coloca umas coisas no chão que não faz sentido nenhum" (Dorina).
> Graças a Deus hoje em dia já mudou bastante. Porque, assim, logo que tive o acidente, para ir para faculdade era complicado, né? Chegava lá, não tinha acesso nenhum, desde ali do portão. Eu já caí ali, naquelas gramas ali do pavilhão. [...] eu já caí ali na grama, sabe, porque não tinha segurança nenhuma. Aí hoje fez aquele calçamento com aqueles bloquetes, vou te dizer, é péssimo pra gente na cadeira, mas é o que tem, né? Que ali aqueles bloquetes sai pulando, todo lado que eu vou eu preciso de acompanhante [...] Aí lá tem esses bloquetes. Às vezes assim, eu tento ir algum lugar sozinha, mas pouquinho, que quando desce às vezes eu não consigo segurar a cadeira, né e sai pulando nesses bloquetes (Leila).

As percepções dos estudantes sobre as condições de acessibilidade arquitetônica no câmpus revelam realidades diversas e complexas. Gilberta e Marli relataram experiências positivas, afirmando não encontrar barreiras significativas para acesso e locomoção. Romeu, por sua vez, mencionou o desnivelamento das calçadas como um ponto de atenção, mas destacou que tal condição não compromete seu deslocamento, especialmente devido à disponibilidade de elevadores, essenciais para sua mobilidade.

Em contrapartida, Dorina e Leila apontaram limitações mais expressivas. Dorina, pessoa cega, destacou a inadequação do piso tátil e a ausência de corrimãos, bem como a falta de consulta a pessoas com deficiência durante o planejamento das estruturas. Leila, usuária de cadeira de rodas, compartilhou episódios de queda nos



primeiros anos de sua trajetória acadêmica, devido à inexistência de infraestrutura acessível. Mesmo após melhorias, como a pavimentação das calçadas, ela ainda enfrenta desafios significativos de autonomia, atribuídos ao uso de materiais inadequados para o deslocamento em cadeira de rodas. Essas experiências demonstram que a acessibilidade, para ser efetiva, precisa considerar a diversidade dos corpos e das trajetórias dos sujeitos, respeitando suas singularidades. Um exemplo positivo foi citado por Leila, que destacou a construção de uma rampa no prédio 3P, facilitando seu acesso.

No contexto das dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2019), as acessibilidades comunicacional e programática, são parte desta teia, fundamentais para garantir o direito pleno à informação e à participação no ambiente universitário. A LBI (Brasil, 2015) amplia esse entendimento ao conceituar comunicação como a interação entre cidadãos em múltiplos recursos como Libras, Braille, caracteres ampliados e tecnologias assistivas.

A estudante Dorina relatou que ao longo de sua trajetória acadêmica teve dificuldades ao entregar seus trabalhos digitados ou escritos, obrigando-a a depender da ajuda de terceiros para a transcrição de seus textos. Em contrapartida, destaca a experiência positiva com um docente que corrigia diretamente seus trabalhos em Braille, promovendo uma comunicação direta e respeitosa. Tal atitude evidencia como pequenos gestos, quando fundados na sensibilidade e no reconhecimento da diversidade, podem ser decisivos para a inclusão.

A acessibilidade programática, por sua vez, refere-se à eliminação de barreiras invisíveis presentes em normas e regulamentos institucionais. Nesse sentido, verificamos o manual do estudante (UFT, 2023) e não foi possível identificar políticas voltadas para pessoas com deficiência. O relato da estudante Leila, que abandonou o curso por desconhecimento do direito ao atendimento domiciliar após sofrer um acidente, revela como a ausência de comunicação clara e acessível sobre os direitos compromete a permanência estudantil.

Sassaki (2019) elucida que a sociedade para ser inclusiva precisa ser antes acessível. Nesta dimensão a acessibilidade atitudinal se torna uma das principais para a eliminação das barreiras existentes. A acessibilidade atitudinal torna-se a base para que



todas as outras seis dimensões sejam possíveis de existir, pois, a partir de percepções inclusivas, haverá o olhar para o outro (Souza, 2023). Essa dimensão diz respeito às atitudes inclusivas, à empatia e ao reconhecimento do outro em sua singularidade.

A partir das narrativas dos estudantes entrevistados, evidenciou-se que o câmpus de Arraias da UFT se destaca positivamente com relatos frequentes de acolhimento, respeito e apoio por parte de servidores, professores e colegas. A estudante Gilberta compartilhou que, diferentemente de sua trajetória escolar anterior marcada por estigmas, encontrou na universidade um ambiente acolhedor e respeitoso. Já Dorina relatou tanto experiências positivas quanto negativas, mostrando que a inclusão ainda depende, em grande parte, da sensibilidade individual de cada professor ou servidor.

No que se refere à acessibilidade metodológica, nota-se que ainda há carência de práticas pedagógicas adaptadas às diferentes necessidades dos estudantes. A maioria das adaptações identificadas refere-se à flexibilização de prazos para entrega de atividades. Apenas uma estudante, Dorina, relatou a necessidade de adaptações metodológicas mais específicas, como a produção de trabalhos em Braille. Apesar disso, há carência de ações pedagógicas mais amplas que considerem diferentes estilos de aprendizagem, bem como estratégias de avaliação diversificadas. Essa lacuna reforça a necessidade de formação continuada para os docentes, que permita a construção de práticas mais equitativas e inclusivas.

A dimensão instrumental da acessibilidade, que envolve o uso de tecnologias assistivas e instrumentos adaptados, também aparece como um ponto importante para a permanência dos estudantes. A UFT conta com o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI), implementado no câmpus de Arraias desde 2019, com recursos como leitores de tela, impressoras Braille e ampliadores. No entanto, a utilização desses recursos ainda é limitada, muitas vezes por desconhecimento ou por ausência de articulação entre o setor e os docentes.

A inclusão não se resume à presença física dos estudantes com deficiência, mas envolve o reconhecimento de suas especificidades e a construção de um ambiente que favoreça sua participação plena e significativa. Isso demanda planejamento institucional, formação docente, adequações metodológicas e uso efetivo das



tecnologias assistivas, de forma articulada e sustentável. Apenas assim será possível avançar na direção de uma universidade verdadeiramente inclusiva.

Sobre os recursos e equipamentos disponíveis no SAI, bem como o apoio do setor à sua formação, Dorina relatou para a pesquisa, em 2021 que não fazia uso dos recursos disponibilizados devido à falta de conhecimento e prática, entretanto, em 2022 em entrevista à UFT relatou que "anteriormente eu não utilizava o celular para outras finalidades a não ser ligação e, no SAI, aprendi a utilizá-lo para pesquisa, redes sociais, digitar trabalhos e leitura de documentos" (Nascimento, 2022, n.p).

Em suma, refletimos que o planejamento institucional da UFT prevê melhorias estruturais, e que a realidade vivida e relatada pelos estudantes revela obstáculos que dificultam seu trânsito e permanência no ambiente acadêmico. Essa contradição evidencia a necessidade de um olhar mais atento e sistêmico para a inclusão, promovendo transformações que articulem planejamento, escuta sensível e compromisso institucional com a diversidade. Torna-se imprescindível o uso efetivo dos instrumentos e recursos de acessibilidade já disponíveis na instituição, como forma de transformar potencial em ação concreta e promover uma cultura inclusiva no ambiente acadêmico.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender os avanços e os desafios que permeiam a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, com ênfase no câmpus da Universidade Federal do Tocantins em Arraias. Verificou-se que a UFT possui iniciativas relevantes, como o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI) e os programas de assistência ao estudante, mas essas ações ainda carecem de articulação entre os câmpus e setores. A ausência de estrutura administrativa específica para acessibilidade, bem como de formação continuada para servidores e docentes, compromete a consolidação de uma cultura institucional inclusiva. As experiências dos estudantes demonstraram resiliência e apontaram a necessidade de políticas mais amplas, com foco na escuta ativa e na valorização das singularidades.



Os relatos analisados demonstram que a permanência é um fenômeno multidimensional, constituído nas relações entre sujeitos, espaços, práticas pedagógicas, políticas institucionais, recursos de acessibilidade e atitudes da comunidade acadêmica.

Verificou-se que a UFT possui iniciativas relevantes, como o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI) e os programas de assistência estudantil. No entanto, tais ações ainda demandam maior articulação entre câmpus, setores, docentes, técnicos e gestores, de modo que a acessibilidade seja assumida como responsabilidade institucional compartilhada. A ausência de uma estrutura administrativa específica para acessibilidade, bem como a necessidade de formação continuada para servidores indicam que a inclusão ainda precisa ser fortalecida como política transversal e permanente.

As experiências dos estudantes revelam trajetórias marcadas por resistência, resiliência e produção de sentidos diante das barreiras encontradas. Ao mesmo tempo, essas narrativas indicam a urgência de políticas institucionais mais amplas, sustentadas pela escuta ativa, pelo planejamento sensível às necessidades específicas e pela valorização da diversidade humana. O verdadeiro desafio da inclusão, portanto, está na permanência com equidade, o que exige investimentos contínuos em políticas de apoio, recursos didáticos acessíveis, formação docente, equipes multiprofissionais e ambientes acadêmicos acolhedores.

Por fim, este estudo não se encerra aqui, espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para a construção de uma universidade mais inclusiva, capaz de reconhecer as especificidades de seus estudantes, valorizar suas trajetórias e oferecer condições plenas para o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

REFERENCIAS

ALVES, Maria Dolores Fortes. PEREIRA FILHO, Adalberto Duarte. Educação Inclusiva pela perspectiva ecoformadora. In: **Teoria da Complexidade: contribuições epistemológicas e metodológicas para uma pedagogia complexa**. Ricardo Antunes de Sá, Marilda Aparecida Behrners (orgs.). 1ed.-Curitiba: Appris,2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.



Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BUIATTI, Viviane Prado; NUNES, Liliane dos Guimarães Alvim. Cotas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Uberlândia (UFU): política de inclusão no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p.325 - 345, jan./abr. 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64911/33496. Acesso em:22 jun. 2025.

Creswell, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa [recurso eletrônico] : escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014.

MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. in: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise. Meireles de .(org.). **Educação Especial:** diálogo e pluralidade**.** Porto Alegre: ed. mediação, 2008. p. 281-289.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Tradução Eliane Lisboa, Porto Alegre: Sulina,2005.

NASCIMENTO, Joice Danielle. Projeto SAI proporciona inclusão e acessibilidade para alunos cegos na Biblioteca do Câmpus de Arraias. [S.l]: Universidade Federal do Tocantis, 2022. Disponível em: https://www.uft.edu.br/noticias/projeto-sai-proporciona-inclusao-e-acessibilidade-para-alunos-cegos-na-biblioteca-do-campus-de-arraias Acesso em: 09 mai. 2026.

ROCHA, Renan Vieira de Santana. Analisando narrativas na pesquisa qualitativa: notas sobre a utilização de Narrativas autobiográficas em estudos das ciências sociais e humanas. Revista Aurora, v. 17, 2024. Fluxo Contínuo. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/15720/16480. Acesso em: 08 mai. 2026.

SASSAKI. Romeu Kazumi. As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo, SP: Larvatus Prodeo, 2019.

SOUZA, Raquel Nascimento de. Estudantes com deficiência no ensino superior: acessibilidade e inclusão na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias.



2023. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2023. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6543. Acesso em: 08 jul. 2025.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. Conselho de Pesquisa, ensino e extensão. **Resolução do nº 03 de 25 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a criação do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI/UFT) e sua estruturação no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO, 2015. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/download/?d=ee09ebab-ac71-41ce-aaac-b1e55dbe3880;1.0:03-. Acesso em: 13 set. 2023.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. Conselho Universitário. Resolução nº 07, de 15 de abril de 2015. Dispõe sobre o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO, 2015b. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/hD-nlHJPSnm7EfYKCb9W0w/content. Acesso em: 09 mai 2026.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 – 2020.** Aprovado pelo Conselho Universitário em 05 de abril de 2016 (Resolução n. 06/2016–Consuni. Palmas, TO, 2016. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw. Acesso em: 09 mai 2026.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. **Relatório de avaliação institucional UFT:** relatório parcial - ano base 2019. Comissão Própria de Avaliação- CPA - Palmas, TO: UFT , 2020.Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/download/?d=d4c2a8c7-3386-4ea2-8e30-74ae6b7d2aea;1.0:Relat%C3%B3rio%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%20UFT%202019. Acesso em: 13 set. 2023.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 – 2020.** Aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de abril de 2021 (Resolução n. 38/2021–Consuni. Palmas, TO, 2021 Disponivel em: https://docs.uft.edu.br/share/s/7uljzImaSmyJXCeL3awqSA Acesso em: 09 mai 2026.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. Pró- Reitoria de Graduação. **Manual do estudante UFT.** 2023. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/acesso-rapido/32204-manual-do-estudante. Acesso em: 01 nov. 2023.